



AUTORIA: A RECUSA DO IMPOSSÍVEL?

Maria Marta Furlanetto

Resumo:

Focaliza-se neste trabalho a função-autor de que trata Foucault em sua obra, associada a algumas questões levantadas sobre a subjetividade, privilegiadas pela Análise de Discurso, tais como a produção de sentido, a interpretação, a norma e a intencionalidade.

Abstract:

This paper focuses on the function "author" as Foucault deals with in his work, associated to some questions raised by the Discourse Analysis about the subjectivity, such as the production of meaning, interpretation, norm and intentionality.

Palavras-chave:

Autoria, subjetividade, interpretação, intencionalidade.

Como um terremoto que confunde a nossa confiança no próprio solo que estamos pisando, pode ser profundamente perturbador esafiar as nossas crenças habituais, fazer estremecer as doutrinas em que aprendemos a confiar.

Carl Sagan, O mundo assombrado pelos demônios

1 INTRODUÇÃO: HISTÓRIA E AUTORIA

Embora a produção de autoria esteja certamente vinculada à atividade leitora, visto que as táticas dos leitores aparecem num "lugar próprio" produzido pelas estratégias da escrita, obedecendo a regras, lógicas e modelos, segundo nos aponta Chartier (1994, p. 11-27), centralizo aqui a "função autor" de que nos fala Foucault em vários trabalhos, associada a algumas questões freqüentemente debatidas no âmbito da subjetividade, e que a análise do discurso privilegia. Tais questões serão apontadas à medida que os estudiosos que trago aqui para o debate forem apresentando suas perspectivas na trama de que o autor, de uma ou de outra forma, participa. Minha intenção é problematizar.

De certo ponto de vista, produzir sentido pode ser um trabalho cujo pivô é a própria linguagem em seu funcionamento automático e impessoal (a linguagem fala nos sujeitos, suportes de uma ordem estranha); nesse caso, o sentido do texto nada deveria às leituras possíveis nem a um autor soberano (o autor morre). Em todo caso, mais pesam os leitores na história do material impresso do que os autores:

Na tradição da história social da impressão, tal como ela se desenvolveu na França, os livros têm leitores, mas não têm autores — ou mais exatamente, estes não entram no domínio da competência do historiador. Eles pertencem, com exclusividade, à história literária e aos seus gêneros clássicos: a biografia, o estudo de uma escola ou de uma corrente, a descrição de um meio intelectual (Chartier, 1994, p. 34).

Entretanto, diz Chartier, estamos assistindo, nos últimos anos, ao retorno do autor. Com a "estética da recepção", a significação do texto é avaliada como construção histórica em que, de um lado, está o controle pelo autor através de intenções, e de outro as reações do leitor. Há variações, conforme sejam privilegiadas a intertextualidade, relações estruturais nos diversos campos da sociedade, estratégias individuais ou coletivas a esses domínios ou formas físicas de organização das obras.

Mesmo que todo esse processo exerça grande controle sobre a recepção, há algo que permanece central: a rearticulação do texto a seu autor e o privilégio deste em termos de perspectivas e de vontade. Não se trata, contudo, é bom salientar, da tão criticada posição do autor soberano com intenções que se manifestam nos textos de modo transparente. Cito novamente Chartier.

O autor, tal como ele faz a sua reaparição na história e na teoria literária, é, ao mesmo tempo, dependente e reprimido. Dependente: ele não é o mestre do sentido, e suas intenções expressas na produção do texto não se impõem necessariamente nem para aqueles que fazem desse texto um livro (livreiros-editores ou operários da impressão), nem para aqueles que dele se apropriam para a leitura. Reprimido: ele se submete às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção literária, ou que, mais comumente, delimitam as categorias e as experiências que são as próprias matrizes da escrita (p. 35-36).

E novamente, é claro, emerge a questão da função-autor na perspectiva de Foucault, bastante comentada. Essa função só valeria para alguns tipos de textos e pressuporia um "estado de direito", ligado necessariamente a uma questão de responsabilidade e de propriedade literária no contexto de uma sociedade. Uma distinção maior discriminada aqui se dá pela oposição redator/autor. Ao autor se vincula,

naturalmente, uma assinatura, que representa juridicamente um direito e uma responsabilidade. É nesse caso que se dá uma “inscrição histórica”, associada à propriedade, aos direitos do autor, à relação editor/autor, a direitos de reprodução. Segundo Foucault, isso só se manifestou como tal no final do século XVIII e início do XIX.

Mas existiria algo mais fundamental para identificar essa função, que é exatamente a questão da punibilidade. Antes do “estado de direito”, portanto, o que valia era o “exercício do poder por uma autoridade que tem o direito de censurar, de julgar, de punir” (Chartier, p. 37). A seguinte passagem é recortada de Foucault (1997, p. 47): “Os textos, os livros, os discursos começaram efectivamente a ter autores (outros que não personagens míticas ou figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores.” Ou seja: os escritos eram, na sua origem, não um bem, mas um ato, que podia ser classificado como sagrado ou profano, lícito ou ilícito, religioso ou blasfemo. Como sabemos, a Igreja se dava esse direito absoluto. Descartes desistiu de publicar uma obra grandiosa *Tratado do mundo e da luz*, 1634, quando soube que seu contemporâneo Galileu havia sido intimado a apresentar-se ao tribunal do Santo Ofício. Descartes fala a respeito no seu *Discurso do método*.

Vê-se que, como diz Foucault, o discurso não era simplesmente produto, mas ato. Ao ser punido por um ato anterior, Galileu vê-se obrigado a retratar-se (abjurar), recusar seu próprio ato através de outro que lhe era ditado, e no qual não faz mais do que repetir os significados de uma verdade “para sempre” estabelecida. O autor, no caso, era o Autor, o exegeta, o hermeneuta?

Foucault ensina que a autoria é uma função de certa forma exterior ao texto, uma função que está mais colada à sociedade onde o texto é produzido. É então um princípio funcional que determina a limitação, a exclusão e a escolha de significados. A autoria é uma espécie de controlador da proliferação dos significados, assim como a polícia deveria ser o órgão de controle da violência na sociedade. A proliferação de sentidos aparece, então, como uma espécie de violência...

Contudo, se o autor nasce para regular e censurar a construção dos significados passíveis de circulação numa sociedade ele é, antes de tudo, um reacionário? É ele que constrói as convenções que acabam se estabelecendo subliminarmente no tecido sócio-cultural? É ele, com as letras de Foucault, a formação discursiva? O autor contra a autoria?

Outra discussão que considero relevante aqui diz respeito à polémica relativa aos direitos (copyright) no século XVIII — originada na Inglaterra —, na medida em que envolve a relação do autor com a obra propriamente dita, em termos de criação. Havia os que consideravam a obra como propriedade exclusiva do autor, como fruto de um trabalho individual, do qual pode dispor livremente; e havia os que afirmavam que as obras literárias são “como invenções mecânicas”, ou seja, os elementos de que se compõem estão à disposição de todos, e por isso os copyrights deveriam ser limitados. Dizia-se então que as idéias pertencem a todos. E aqui aparece a contra-argumentação dos que defendiam o direito exclusivo do autor. “Se as idéias podem ser comuns e partilhadas, o mesmo não acontece com a forma que exprime a singularidade irreduzível do estilo e do sentimento” (Chartier, op.cit., p. 41).

Essa maneira particular de produção põe em pauta uma nova percepção estética, que define a originalidade do produto. E é assim que o texto, nos termos de Chartier, “adquire uma identidade imediatamente atribuída à subjetividade de seu autor e não mais à presença divina, ou à tradição ou ao gênero” (ibid., p. 42). A função-autor é, então, aquela que conhecemos de Foucault: princípio de unidade e de coerência, e “foco de expressão”.

2 SUJEITO DA NORMA E SUJEITO ÉTICO

Ainda segundo Foucault, em estudo empreendido por Fonseca (1995), o indivíduo moderno, constituído pela norma, é necessariamente diferente do indivíduo antigo, constituído pela ética. Por ser normalizado é que o indivíduo moderno é impedido de ser ético, ou seja, impedido de uma relação consigo mesmo, como representante de uma Cultura de Si. Por isso ele é sujeito (= que sofre sujeição): sua identidade é o resultado de mecanismos de objetivação e de subjetivação que pode ser normalizada. Nas palavras de James Bernauer (apud Fonseca, p. 130), “o sujeito da época moderna se faz independentemente de todo o cuidado ético ou estético”. Ainda segundo Fonseca, o pensamento de Foucault “propõe para o indivíduo do presente a necessidade de construir uma ética que represente uma possibilidade de constituição de si, diferente daquela que faz dele um objeto e um sujeito” (idem, p. 131).

É exatamente para uma subjetividade de caráter ético e estético que Guattari (s.d.) aponta em *Linguagem, consciência e sociedade*. Ele opõe esse paradigma ético-estético ao cientificista, no qual as ciências humanas e sociais ainda estão enredadas.

Qual a diferença? Guattari defende a heterogeneidade dos componentes que concorrem para a produção da subjetividade, e critica principalmente a axiomática linguística do estruturalismo que teria atado o psíquico ao significante linguístico. Diria que Guattari está num terreno prático/histórico e não meramente descritivo, em que se sente incitado a ampliar a definição de subjetividade. Chega à seguinte definição provisória: “...o conjunto das condições que tornam possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como Território existencial auto-referencial, na adjacência ou na relação de delimitação com uma alteridade em si mesma subjetiva.” (p. 7). Assim, ora a subjetividade individualiza-se, ora se faz coletiva (o que não significa que se torna exclusivamente social).

Quanto às formas do inconsciente (seja freudiano, seja laciano), serão vistos, diz Guattari, apenas como modelos de produção de subjetividade entre outros. Parece que hoje se apela para uma modelização subjetiva “mais voltada para o futuro e para a emergência de novas práticas sociais e estéticas em todos os domínios” (p. 9).

Deleuze (s.d.) é mais agressivo.

O que a psicanálise chama produção ou formação do inconsciente refere-se sempre a falhas, conflitos imbecis, compromissos débeis ou jogos de palavras grosseiros. (p. 84)

Dizemos o contrário: o inconsciente, vocês não o possuem, vocês nunca o possuem; ele não é um “c’était” (isto era) em cujo lugar o Eu deve advir. É preciso inverter a fórmula de Freud. O inconsciente, vocês devem produzi-lo! Produzam-no, ou então permaneçam com seus sintomas, seu ego e seu psicanalista.

Neste ponto parece de bom senso retomar alguns tópicos.

No início da discussão tratava-se do sujeito autor, e mesmo, em alguns momentos, do autor de obras literárias. Em seguida, temos Foucault, no comentário de Fonseca, tratando do indivíduo moderno em relação ao antigo, ponto em que se explicita que o indivíduo moderno surge socialmente como sujeito às normas mais que realizado do ponto de vista ético e estético — propondo-se, finalmente, um retorno (ou pelo menos uma dialética, suponha) ao paradigma ético e estético. Como pontuar, nessa rede, o sujeito-autor moderno?

Retomando Foucault para contrastá-lo nas duas percepções que aqui aparecem, vejo o seguinte: 1. Quando Chartier diz que uma nova percepção estética se faz representar hoje, e que o texto “adquire uma identidade imediatamente atribuída à subjetividade de seu autor e não mais à presença divina, ou à tradição ou ao gênero” (p. 42, repetindo), liga-se este enunciado à concepção de autor como “foco de expressão” — enfim, àquela função social que é atribuir unidade e coerência a determinado objeto. 2. Foucault também ensinaria que o indivíduo moderno, e portanto os sujeitos (posições) que ele representa (dramatiza?) é normatizado e, por isso mesmo, sofre sujeição. 3. Na sua função autoral, o sujeito viveria um conflito relativo à sujeição e, ao mesmo tempo, seria em algum grau senhor de estratégias ao nível de suas qualidades éticas e estéticas (que seriam a tendência de desenvolvimento hoje — mas que acredito tenham sido plasmadas em todas as épocas, mesmo que subterraneamente).

Deixo detalhes para o comentário final.

3 DESCONSTRUÇÃO

O projeto de desconstrução de Jacques Derrida, configurado em sua obra de 1967 *De la grammatologie*, serviu de base para a discussão de conceitos sempre polémicos na área de estudos da linguagem: signo, significado, sujeito, autoria, etc. Daí a idéia de retomar algumas de suas reflexões, antes de examinar um texto específico do filósofo.

O projeto de Derrida, conforme foi explorado em vários trabalhos, era examinar as bases sobre as quais repousa a concepção

ocidental de racionalidade. Ele se propôs acompanhar e desconstruir as significações derivadas de logos [a razão, a palavra de Deus, a fala, o discurso], salientando aí a significação de verdade. Isto, em última análise, significava descobrir aporias, pontos cegos, contradições em todo o aparato teórico-científico que compunha nossas formas de olhar e compreender o mundo – em outras palavras, abalar os alicerces de nossa cultura ocidental, fazer refletir sobre a sua construção.

Desconstrução não deveria aparecer como sinônimo de destruição; tratava-se de problematizar as dicotomias vigentes nas diversas ciências, ou melhor, nas relações entre os dois termos destas dicotomias, tais como sujeito e objeto, significante e significado, linguagem e metalinguagem, sentido literal e sentido figurado.

Seria de se esperar, assim, que uma leitura desconstrutivista, diferentemente da 'logocêntrica', implicasse um deslocamento pelo qual a forma "logocêntrica" de conhecer e de encarar o conhecimento se tornasse objeto de um olhar, que manifestaria a consciência desse desejo. Espera-se, pois, de um desconstrutivista que exerça uma leitura "crítica" — também passível de desconstrução...

Discurso de divulgação e autoria

Um dos lugares em que é possível refletir sobre a autoria do ponto de vista desconstrutivista é o discurso de divulgação científica, uma vez que, como discurso reformulado, destinado ao grande público, apresenta uma heterogeneidade típica em sua dialogicidade.

Com efeito, na vulgarização científica reformulam-se discursos elaborados por cientistas; constituem-se, assim, paráfrases condensadas, resultado de uma atividade de metalinguagem e de um processo de "tradução". Algumas dicotomias poderiam ser aí detectadas, resultantes do ponto de vista do raciocínio logocêntrico: ciência/divulgação, discurso de origem/discurso segundo, especialistas/grande público. Segundo análise de Coracini (1992), algumas dessas relações poderiam ser assim desconstruídas:

1. um discurso segundo pressupõe um primeiro, sua origem, fonte (originalidade, autoria); pressupõe ainda uma hierarquia: o discurso primeiro é mais importante, o segundo é derivado dele e a ele subordinado;
2. deve haver um leitor para o texto de vulgarização, que, por sua vez, pressupõe um autor. Os especialistas entendem o texto original, científico; o público leitor é aquele que "precisa" de uma linguagem simplificada, traduzida para ter acesso aos conhecimentos — selecionados através de vários critérios. Apesar das grandes diferenças entre os dois, ambos sofreriam da "ilusão mítica da ciência, da verdade, do logos, da essência", na medida em que a ciência é construção humana. Em última análise, esse trabalho de reformulação também implicaria a inacessibilidade da ciência por muitas pessoas, e o privilégio que representa para uma minoria, à qual dá poder.
3. o texto segundo, de vulgarização, é a tradução do texto original que tem um significado único, guardado literalmente no texto. Ou seja: uma mudança de significante permitiria que informações inacessíveis se tornassem compreensíveis para o grande público.

Se os significados estão guardados no texto, como fica a questão da autoria? Quem é o autor do texto científico e quem é o autor do texto de divulgação?

A resposta simplista seria esta: o autor do primeiro é o pesquisador; o segundo seria o redator do jornal ou da revista. A resposta genérica seria: o autor é aquele a quem se atribui a responsabilidade da obra ou do texto.

Um texto, já se sabe, se constitui de uma infinidade de outros textos. Esse dialogismo é inapelável. Assim, o pesquisador é um reunidor de fios na construção de sua obra... Nesse caso, o que seria o redator da divulgação científica? Já que não é o responsável pela experiência científica relatada, seria apenas quem escolhe as informações e faz a transcrição em linguagem jornalística, tentando permanecer fiel à "essência"?

Aqui, entretanto, ocorre um fenômeno bizarro: na vulgarização científica tanto o discurso científico fonte como o discurso associado ao grande público, de caráter mais familiar, aparecem como tecidos a serem costurados, ambos exteriores na perspectiva da própria vulgarização científica (v. Authier-Revuz, 1982). A vulgarização científica se põe em cena como atividade de reformulação. Isto significa que a representação do dialogismo se dá em dois níveis: do quadro enunciativo e do fio do discurso. Verifica-se, então, que o discurso fonte aparecerá insistentemente sob a forma do discurso indireto ("O senhor X diz, mostra, prova, prova..."), e que o discurso reformulador apresentará uma ancoragem temporal marcada (hoje, nos últimos anos...), direcionando seu dizer para o interlocutor – o público (os leitores interessados em manter-se ao corrente...). No fio do discurso, há um trabalho constante do vulgarizador, como "perito em tradução", capaz de justapor dois discursos, pelo distanciamento metalingüístico, e produzir aparência de homogeneidade. Nesse processo, Authier-Revuz salienta que não há sentido privilegiado nas equivalências propostas, que vão do especialista ao registro familiar e vice-versa, estabelecendo-se um lugar de contactos. O vulgarizador se dá como mediador privilegiado, criando um gênero discursivo.

Não se pode dizer, é claro, que essas marcas de heterogeneidade que o "perito em tradução" manifesta sejam sempre tão nítidas. Ele pode tender a um modo de apresentação "monológico", ou seja, procurando subtrair estrategicamente a heterogeneidade, dando a impressão de que o discurso se dá simplesmente como verdadeiro (como se pode perceber ainda no discurso pedagógico). Mas esse caso não é único. Se, como define Authier-Revuz, a eficácia da vulgarização científica pretende estar na possibilidade de construir um discurso como lugar de contato de discursos que restabeleçam a comunicação entre os cientistas e o público em geral, então temos um caminho aberto e já trilhado contemporaneamente, preenchendo o vazio para o qual Coracini (1992) nos alerta. Assim como o cientista se move, em sua produção, em espaços intertextuais, também o vulgarizador, como "perito em tradução", exercita seus movimentos. Além do mais, os próprios cientistas têm tomado a iniciativa de "vulgarizar" seu trabalho para o grande público e para cientistas de outras áreas, promovendo, sim, também a comunicação cientista/cientista. Basta referir alguns nomes: Carl Sagan, Maturana, Maturana e Varela, Fritjof Capra, Antônio Damásio...

Cito uma passagem de Sagan com respeito ao próprio estatuto da ciência:

Descobrir a gota ocasional da verdade no meio de um grande oceano de confusão e mistificação requer vigilância, dedicação e coragem. Mas, se não praticamos esses hábitos rigorosos de pensar, não podemos ter a esperança de solucionar os problemas verdadeiramente sérios com que nos defrontamos — e nos arriscamos a nos tornar uma nação de patetas, um mundo de patetas, prontos para sermos passados para trás pelo primeiro charlatão que cruzar o nosso caminho (1997, p. 53).

A ciência está longe de ser um instrumento perfeito de conhecimento. É apenas o melhor que temos (ibidem, p. 41).

Acrescento Einstein, em epígrafe de Sagan: Toda a nossa ciência, comparada com a realidade, é primitiva e infantil — e, no entanto, é a coisa mais preciosa que temos.

Em nenhum desses casos os discursos dos cientistas estão mostrando verdades inelutáveis, como parece ter acontecido predominantemente no século XIX. A ilusão da verdade da ciência não é um mal que atinge todos os cientistas nem todo o público. A visão logocêntrica definida por Derrida não atinge todos os domínios nem todas as pessoas; essa homogeneidade está, aos poucos, sendo substituída por plasticidade. Logocêntrico é quase sinônimo de teológico, e nisso é possível lembrar Descartes com seu Cogito ergo sum tão focalizado na crítica ao logocentrismo. Daí o racionalismo cartesiano e o sujeito da ciência estarem no centro das discussões; afinal, o conhecimento verdadeiro só se legitimaria com uma garantia, que é o Outro absoluto, um sujeito transcendental.

A partir daqui chegamos ao significado: o texto original teria um significado unívoco, literalmente guardado no texto. Bastaria mudar significantes para termos uma tradução vulgarizada. O sujeito científico continuaria distante, ele não aparece; há, como diria um pragmaticista, uma debreagem (ausência, para que a subjetividade se torne objetividade). Onde fica o autor? é a grande pergunta.

A desconstrução da autoria passa pela crítica de um autor transcendental apesar de morto (ou por isto mesmo); passa pela crítica de um sujeito consciente, fonte de sentido, capaz de produzir uma linguagem transparente. O que se deseja, pela crítica desconstrutivista, é que não se suprimam as diferenças, a heterogeneidade que constitui sujeito e texto, senão o sujeito morre, morre a leitura e permanece o logos, a racionalidade, a verdade absoluta, que só uns poucos poderiam alcançar.

Entretanto, ao não se desejar a morte do sujeito, mas sua sujeição ao desejo inconsciente e à interpelação pela ideologia, estar-se-á reabilitando o "real" da subjetividade?

4 AUTORIA E INTERPRETAÇÃO

Assume-se, em Análise de Discurso, que a ordem simbólica impede que tudo possa ser dito e impõe que em qualquer dizer haja uma parte inacessível ao próprio sujeito. Um objeto simbólico produz sentidos de algum modo, e não se trata meramente de atribuição de sentidos por um sujeito intérprete. Como não há transparência no texto, mas opacidade, este, como objeto histórico e simbólico, seria uma trama que é preciso desconstruir. Não esqueçamos, entretanto, que a desconstrução é um procedimento que pode variar dependendo do lugar ocupado pelo sujeito que interpreta.

Creio que posso usar aqui a leitura de Eco (1991) para a concepção de símbolo, a fim de complementar essa concepção: originariamente o símbolo é "o meio de reconhecimento permitido pelas duas metades de uma moeda ou de uma medalha partida" (p. 195), analogia para "as duas metades de uma coisa de que uma está para em lugar da outra", com a diferença de que não se tem a possibilidade da remissão à origem. Saliento que Eco tem claro que essa é só uma possibilidade de interpretação. No dicionário filosófico de Lalande a discussão é longa e a conclusão a que se chega, segundo Eco, é que não se sabe o que seja símbolo. De qualquer forma, poderia dizer, assumindo Lacan — que Eco também retoma —, que a interpretação depende em parte da posição do sujeito, que é regida pelo seu lugar no mundo simbólico, ou seja, no mundo das palavras (ibid., p. 202).

A interpretação é algo que se força sobre nós. O sujeito, pela leitura, constrói "sítios de significância", domínios possíveis. Não há relação unívoca entre pensamento, linguagem e mundo. A pergunta correta para interpretar, nessa direção, seria: Como o funcionamento discursivo produz sentidos? E quais? Como não existe uma verdade, interpretar como os discursos produzem algum sentido implica que uma ideologia, sempre atuante, produz um imaginário, ou seja: uma interpretação particular que pode passar por única e verdadeira. O que leva a interpretar desta ou daquela maneira é a ideologia (que, então, criou esquemas cognitivos para os usuários das línguas?).

Isto não impede que, pragmaticamente, em nossas interações, consideremos importante o caminho do viés: o que você quer dizer com isto? e tenhamos um processo teoricamente chamado semiose ilimitada (Peirce), em que um interpretante responde a um representamen (signo) produzindo um objeto imediato, etc.

A interpretação aparece aqui como algo paradoxal: quando o sujeito interpreta ele nega a própria atividade de interpretação, já que ela será orientada pelas condições de produção e o imaginário construído ideologicamente.

Isso cria um ponto de atrito e perplexidade: se assumimos que interpretar não é atribuir sentidos, e ao mesmo tempo considerarmos que um sujeito locutor atribui sentidos às próprias palavras, fazendo-o como se os sentidos estivessem nas palavras, parece haver aí uma falta de especificação quanto à relação de interpretação para locutores em atitude de troca — ou seja, locutor que produz sentidos e intérprete (embora se admita que ambos produzem).

O que se assume, em Análise do Discurso, é que interpretação não é um simples gesto de decodificação para apreender o sentido. Sua garantia é a memória: aquela institucionalizada, trabalho social da interpretação (arquivo); e aquela que é constitutiva, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o interdiscurso, o dizível, repetível). Do conflito entre essas duas instâncias se forma a possibilidade de alteridade: o arquivo faz repetir, congela os sentidos; por outro lado, trabalhar o repetível do interdiscurso é ter permissão para negociar entre paráfrase e polissemia (que não podem ser domínios plenamente delimitados; eles não podem constituir uma outra dicotomia nos moldes tradicionais).

Como, a partir desse enredamento, situar a questão da autoria?

Em A ordem do discurso, Foucault (cf. 1996) estabelece que o autor é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de suas significações. A noção de autor se dá como uma função da noção de sujeito: ele organiza o sentido e organiza o texto, dando-lhe unidade, e assim se consegue que o sujeito apareça como um contínuo. Orlandi (1996) propõe, "para o uso corrente", a noção de autor como uma função enunciativa do sujeito, diferente da de enunciador e da de locutor. Tal função-autor remete a um produtor que busca unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim (termos que, observo, fazem parte do tradicional aparato da Linguística de Texto). O autor tem responsabilidade social, e embora trabalhe sempre com a repetição, faz dela muito mais que "mero exercício mnemônico", produz um lugar de interpretação. "O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável" (1996, p. 70).

Por outro lado, tocar em autoria é lembrar que existe o furto da autoria, e nesse ponto Orlandi reúne a incompletude, o silenciamento, o movimento da interpretação. O plágio, nesse contexto, corresponderia a um lugar de silenciamento da autoria, com necessário apagamento de uma trajetória histórica: "o plagiador silencia seu trajeto, ele cala a voz do outro que ele retoma" (ibidem, p. 72). Acredito que seria mais preciso dizer que o plagiador inventa seu próprio trajeto enquanto apaga o do outro, quando não cria para o outro um trajeto diferente. Além disto, eu diria que ele não cala a voz, cala o sujeito em sua identidade de autor, assumida e aceita institucionalmente. Pergunto-me também por que é tão forte essa "consciência" de autoria, provavelmente mesmo para aqueles que apostam que o sujeito é constitutivamente heterogêneo, dividido (reconhecendo-se como tal), e com voz multifacetada que na verdade seria a voz do outro e do Outro. Levá-lo a princípio ao extremo não é também desmanchar-se na multidão?

Lembro aqui o caso de Galileu Galilei (século XVII). O seu O ensaiador (1623) é uma obra escrita em forma de carta a Dom Virginio Cesarini, acadêmico da Academia dos "Lincei". Galileu queixa-se da animosidade daqueles que diminuem seu trabalho científico, e faz referência especial a um senhor chamado Simon Mário Guntzehuzano,

...que foi aquele que, em Pádua, onde naquela época eu me encontrava, traduziu, em língua latina, o manuseio deste meu compasso [compasso geométrico], e, atribuindo-o a si mesmo, o fez publicar por um discípulo seu, com seu nome, e logo em seguida, provavelmente para fugir ao castigo, voltou à sua terra, deixando o meu aluno, como se diz, em maus lençóis; contra o qual eu fui obrigado a proceder, na ausência de Simon Mário, da forma que ficou manifesta na Defesa que naquela época elaborei e publiquei. Este mesmo, quatro anos depois da publicação do meu Nunzio Sidereo, acostumado a querer gabar-se dos trabalhos alheios, não se envergonhou de proclamar-se autor das minhas descobertas publicadas naquela obra; e, imprimindo-o com o título de Mundus Jovialis etc., afirmou temerariamente ter observado ele antes de mim os planetas Mediceus que giram ao redor de Júpiter.

Orlandi tem uma explicação histórica alternativa para o desserviço do plagiador. O fato "poderia ser considerado como o sintoma de uma mudança na função da autoria" (p. 73). Tento resumir a explicação, interpretando-a: estaria acontecendo um deslocamento na forma da função-autor, que não teria necessidade de um ponto de origem nominal. Haveria um exercício textual independente dos sujeitos, uma dispersão, uma descontinuidade. Isso significaria também, suponho, uma nova possibilidade de interpretação para a expressão linguística que remete ao plagiador. E isso tudo seria o sintoma de profundas mudanças nas formações sociais. De qualquer forma, resta que é bastante difícil determinar critérios que estabeleçam o que deveria ser considerado 'plágio'.

Enfim, o autor estaria duplamente determinado: 1. pelo fato de que não pode dizer coisas que não têm sentido (relação com o Outro, a memória do dizer); 2. deve dizer coisas que tenham sentido para um interlocutor. O efeito final que é imputado ao autor é o de fechamento e completude do texto. Como não temos acesso direto ao interdiscurso, ele aí aparece simulado, e mostrado no intradiscurso, de vários modos: na espessura semântica, no corpo da linguagem — na sua materialidade. Em última análise, na ideologia. E, em definitivo, o autor não fecha completamente o texto. Muitas vezes, mesmo, declara-o inacabado... Assim é que no discurso há sempre espaço para a interpretação.

Mas esse reconhecimento de incompletude não pode ser encarado como um trabalho que marca exatamente a identidade autoral, ou seja, o trabalho de um sujeito cuja história lhe permite usar estratégias de compreensão e traçar opções? Suponho, é claro, que esse sujeito tem, corporalmente, um cérebro integral.

5 A ORDEM DO DISCURSO E A PRÁTICA DISCURSIVA

O autor como “princípio de rarefação de um discurso” aparece no contexto de A ordem do discurso quando Foucault se refere aos procedimentos internos de controle e de delimitação do discurso. Os próprios discursos exercem esse controle, na medida em que classificam, ordenam, distribuem o acontecimento e o acaso em seu próprio tecido.

Primeiramente ele fala do comentário, opondo-o aos discursos que, indefinidamente, estão disponíveis para serem retomados, falados, transformados; são discursos fundamentais, criadores (mas não dados de uma vez por todas) — são textos primeiros retomados por outros (textos segundos).

É claro que muitos discursos são eficazes independentemente de um autor. Foucault exemplifica: conversas cotidianas, decretos ou contratos que precisam de signatários mas não de autor, receitas técnicas transmitidas no anonimato. A autoria, por outro lado, não tem sempre o mesmo papel, historicamente falando. Na Idade Média, o discurso científico precisava de um autor como garantia de verdade. A partir do século XVII essa função começou a desaparecer. Na literatura, em contrapartida, o autor não parou de se tornar importante (até mesmo para revelar o sentido oculto de sua obra...).

Ele não nega, é claro, a existência do indivíduo que escreve. Mas o que esse indivíduo faz ou deixa de fazer “é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica”. Modificando a imagem tradicional de autor, é a partir de uma nova posição “que recortará, em tudo o que poderia ter dito, em tudo o que diz todos os dias, a todo momento, o perfil ainda trêmulo de sua obra” (p. 29).

É assim que, se o comentário (como procedimento) limita o acaso do discurso pelo jogo da repetição e do mesmo, buscando uma identidade, o princípio do autor busca a identidade através das formas da individualidade e do eu.

Toda a reflexão de Foucault sobre a “ordem do discurso” tem a ver, inevitavelmente, com sua obra como um todo, com a história que é sua, com suas mudanças, que foram marcantes, a julgar pelo depoimento que delas nos dá Didier Eribon (1996). Há uma questão, aqui, que encontra complementarmente a discussão teórica da constituição da subjetividade, sempre enlaçada a críticas — que não foram poucas — dirigidas a Foucault.

O programa teórico de Foucault passou a ter uma conotação fortemente política a partir do momento em que se propôs a realizar pesquisas “no nível das realidades, no mais perto possível da vida das pessoas”. O princípio gerador dos estudos de Foucault, segundo Eribon, possivelmente terá residido “nessa relação de mal-estar e de rebeldia diante das instituições” que ele experimentou durante sua vida. Daí o fascínio dele por atos de resistência: o poder de dizer era também, para ele, dizer não à opressão.

Há uma passagem, nesse comentário de Eribon, que considero relevante para a discussão da subjetividade, do ponto de vista da teoria em sua relação com a prática discursiva, como saliente no título deste tópico. Em 1978, numa conferência na Sociedade francesa de filosofia, Foucault discute o que é governar, acrescentando que essa pergunta não pode ser dissociada desta outra: Como não ser governado? Eribon alerta que isto “não deve ser entendido no sentido de ‘não ser governado de modo algum’, mas de ‘não ser governado assim, não em nome desses princípios, em vista de tais objetivos, e por meio de tais processos’” (op.cit., p. 44). É isto que ele nomeia como atitude crítica. Eis um recorte da citação de Foucault por Eribon: “(...) a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder [dos governos] e o poder sobre seus discursos [dos governos] sobre a verdade; a crítica será a arte da não-servidão voluntária, da indocilidade refletida” (p. 44).

O próprio projeto teórico de Foucault seria, assim, “o pensamento como atividade crítica” na análise histórica. Há mais uma consequência: o “enraizamento biográfico” dessa teoria; a atitude prática de Foucault é, segundo Eribon, “uma outra maneira de dizer que cada um dos seus livros é um fragmento de autobiografia” (ibid.).

Há outras passagens que quero somar a essas para explicitar a que argumento estou apelando neste momento — por exemplo, coisas relativas a críticas ferozes dirigidas à obra de Foucault intitulada *As palavras e as coisas* e suas considerações a respeito, bem como as de Eribon, neste caso muitos anos depois da morte de Foucault (ele faleceu em 1984). Comentando duas dessas críticas, manifestadas em obras publicadas que tiveram alguma repercussão, Eribon assevera:

Enquanto um quer inscrever nela o sadomasoquismo e a experiência-limite, os outros querem ler a recusa da democracia e dos direitos humanos. Em ambos os casos, a elaboração teórica é brutalmente remetida para outra coisa, que não ela própria, e recebe a imposição de um conteúdo e de um significado extrafilosóficos. Em ambos os casos, a obra de Foucault é acusada de levar ao nazismo: abertamente por James Miller, de modo mais sutil por Ferry e Renault (p. 47).

Foucault interroga a propósito de outro crítico: “o que se deve fazer quando se é confrontado com críticas que desnaturam totalmente o conteúdo de um livro e as perspectivas do seu autor? Deve-se afastá-las com desprezo, para concentrar a atenção apenas nas críticas dignas desse nome, que oferecem matéria para resposta, para intercâmbio, para discussão?” (p. 47).

Esse tipo de interpretação, que ele denuncia, é considerada de má-fé. Como boa parte dessa crítica diz respeito à polêmica centrada na recusa (por parte de Foucault e outros intelectuais) do primado do sujeito — o que levava uns e outros a se sentirem no direito de interpretar *As palavras e as coisas* e as coisas como um livro de direita — é que faço essas referências. Fazendo-as, vejo, na minha leitura, que não se dá a relação de implicação, que passou como necessária a partir das críticas a Foucault, entre o questionamento da subjetividade fundadora e a recusa da democracia. A “morte do homem” não podia, nessa perspectiva, coincidir com o regime democrático; além disso, um homem morto não poderia resistir ao poder, como desejava Foucault.

Mas a própria vida de Foucault mostrou que não se tratava disso. A melhor forma para apontar o que penso que signifique isto para o sujeito histórico é a descrição que Eribon diz ter tentado fazer em seu próprio trabalho, estudando a vida e a obra de Foucault como um nó numa rede: “Nela, pode-se ver um Foucault produzido pelo seu tempo (quando ele adere ao Partido Comunista, quando se engaja na via do esquerdismo), e também um Foucault que faz com que sua época se mova (quando se apóia nessa própria dependência para interrogar e fazer vacilar as certezas: La volonté de savoir é a melhor ilustração)” (p. 203).

É preciso mover-se dialeticamente, para entender isso. Se a pluralidade interpretativa não tivesse limites, para que serviria a própria estrutura da linguagem? “Um livro é como um quadro: pode-se ver nele o que se quer. Mas, apesar disso, é preciso que essa leitura seja plausível, ou pelo menos possível” (ibidem, p. 55). Se o sujeito tem categorias para trabalhar o seu discurso, tal como se define a atividade do autor, há um controle externo que é, evidentemente, dos discursos sociais, mas também de nível subjetivo individual, que busca a coerência e a unificação. E que resiste.

Este é o trabalho do autor, que, permitindo a pluralidade, não pode aceitar que violentem o uso que fez de suas estratégias. A própria crítica de Foucault à má interpretação é resistência: o princípio do autor busca a identidade através das formas da individualidade e do eu (A ordem do discurso).

6 SUJEITO AUTOBIOGRÁFICO

Em *A incompletude do sujeito*, Orlandi (1988) assume a relação identidade/alteridade para o sujeito. Como protagonista do discurso (produzindo) e no discurso (sendo reproduzido naquilo que produz), o sujeito não é “absolutamente dono de si” e nem “completamente determinado”. Não é possível absolutizar a função do outro como acontecera antes com a função do eu. E nisso, acredito, ela encontra Foucault.

Tematizando a identidade a autora chega à produção escrita autobiográfica. Qual a função da autobiografia? A discussão tem como referência a relação entre o público e o privado, já que o autor fala de sua privacidade, fazendo-o de modo público. E busca algumas hipóteses para explicar a proliferação de autobiografias:

1. quando se escreve resgata-se a impotência diante do real (em sentido consensual?): uma história de vida transforma-se em estória (nível literário) e passa à História. Consegue-se fugir ao silêncio, ao apagamento. É uma reação à opressão, politicamente falando;
2. há uma crise de identidade, resultado de um processo de dispersão social. A constituição da identidade se

daria, aqui, "a partir de uma vontade que se dá como autoria.";

3. funciona a ideologia do sucesso. O sujeito se vê como possível objeto de interesse. Eu acrescento: ou outros o vêem: o "bandido da luz vermelha", José Acácio (libertado em 1997, depois de trinta anos de encarceramento) possivelmente "escreverá" um livro; o filme já era previsto. Sair do anonimato pode ser movimento de resistência, mas nesse último caso é sensacionalismo que pode render...

É possível complementar essa caracterização hipotética com um exemplo trazido por Perpétua (1997), com uma ressalva que explícito onde conveniente.

Perpétua levanta uma questão interessante, a partir do exemplo de três autobiografias de "mulheres obscuras": Carolina Maria de Jesus (1960), Francisca Souza da Silva (1983) e Cícera Fernandes de Oliveira (1981), respectivamente uma favelada, uma doméstica, uma operária. Para que serve essa escrita? que mecanismos permitiram às três mulheres publicar suas vidas?

Ela vê nessa escrita "um modo de figuração do sujeito contemporâneo". Nenhuma das três tem a técnica da escrita, embora não sejam totalmente analfabetas. Trata-se, então, basicamente, de relatos orais transcritos através de mediadores (agenciadores). Certamente o controle existe mais que nunca: os agenciadores "corrigem, fazem a editoração, determinam o que vai permanecer, o que será publicado, o que será suprimido". Perpétua chama a atenção para esta mediação, que descarta a possibilidade de que se trate de literatura *stricto sensu*: esses textos têm uma "função social, por meio da qual o sujeito ali inscrito não representa uma autora, mas uma classe social". Os textos são, em última análise, "instrumentos de denúncia", ou o que Perpétua chama de "pária-literatura", formas subversivas do clássico gênero autobiográfico.

Quanto à hipótese (1) de Orlandi, ela corresponde a este caso, na medida em que pela escrita há uma reação à opressão e ao anonimato. Do ponto de vista social Carolina, Cícera e Francisca não existiam antes de seus relatos. É claro que devemos entender o papel dos agenciadores nesse processo. Entretanto, na interpretação de Perpétua a história de vida não se transformou num relato de nível literário, a não ser em sentido muito amplo. Em suma, na obra as três não falam, mas são faladas por outros que usam seus relatos como instrumentos de denúncia – o que também não deixa de ser uma opressão.

Quanto à hipótese (2), pode-se dizer que as escritas de Carolina, Cícera e Francisca aparecem como "um exercício de fidelidade à ilusão autobiográfica, em que o sujeito quer se mostrar pleno, ainda que seja como modo de reação às agruras sociais". Mas a escrita, em se fazendo, revela "fragmentos de sujeito", aliás independentes de classe social e de outras variáveis. O que significa que estes sujeitos, tomados na sua individualidade de quem tem uma história para contar, apontam também a divisão interna de qualquer sujeito.

No caso da hipótese (3), saliento a saída do anonimato como movimento de resistência, mas há um viés na ideologia do sucesso: nesse caso, como exemplifiquei com o "bandido da luz vermelha", é o outro que vê a possibilidade de que uma história possa ser usada como denúncia e resistência. O sujeito individualizado é ainda apagado, em proveito da classe que ele representa.

7 AUTOR, INTENÇÃO, ASSINATURA

Em Assinatura acontecimento contexto [sic] (que apareceu em 1972 dentro de Marges de la philosophie), Derrida tenta nos explicar o que significa 'desconstruir':

A desconstrução consiste não em passar de um conceito a outro mas em inverter e em deslocar uma ordem conceitual, bem como a ordem não-conceitual na qual se articula. Por exemplo, a escrita, como conceito clássico, comporta predicados que foram subordinados, excluídos ou mantidos em reserva por forças e segundo necessidades por analisar. São esses predicados (...), cuja força de generalidade, generalização e generatividade acha-se liberada, enxertada num "novo" conceito de escrita, que corresponde também ao que sempre resistiu à antiga organização de forças, que sempre constituiu o resto, irredutível à força dominante que organizava a hierarquia — digamos, para andar logo, logocêntrica. Deixar para esse novo conceito o velho nome escrita é manter a estrutura de enxerto, a passagem e a aderência indispensável a uma intervenção efetiva no campo histórico constituído. É dar a tudo o que se representa, nas operações de desconstrução, a oportunidade e a força, o poder da comunicação (1991, p. 37).

Para "conjur" o perigo da "diferença" (relativo a 'diferir'), já que a escritura representa sempre um écart e por isso mesmo precisa controlar a polissemia aberta pela sua própria presença, seu funcionamento dando-se pela *différance*, consulto também um glossário (Glossário de Derrida — Santiago, 1976), verbete desconstrução:

Operação que consiste em denunciar num determinado texto (o da filosofia ocidental) aquilo que é valorizado e em nome de quê e, ao mesmo tempo, em desrecalcar o que foi estruturalmente dissimulado nesse texto. (...) denúncia de seu alicerce logó-fono-etnocêntrico. (...) A leitura desconstrutora propõe-se como leitura descentrada e, por isso mesmo, não se reduz apenas ao movimento de *renversement* [apontar o que foi recalcado], pois se estaria apenas deslocando o centro por inversão, quando a proposição radical é a de anulação do centro como lugar fixo e imóvel. (...) Operam-se, ao mesmo tempo, uma desconstrução por *renversement* e uma desconstrução por deslocamento positivo, por transgressão (p. 17, 19).

Pois bem, nesse texto de Derrida, em que ele exercita a crítica desconstrutivista, há alguns aspectos temáticos que nos interessam para o desdobramento desta discussão: intenção, consciência, nome próprio, assinatura.

Derrida apresenta a escrita (deveria dizer escritura?) como uma espécie de comunicação (pedindo sempre para tomar cuidado com essa palavra) com uma especificidade relativa no interior de um gênero. A referida especificidade é a ausência. Que ausência? Uma ausência de tipo original: a do destinatário, o que significa uma diferença, um desvio, um atraso. Para funcionar, a "comunicação escrita" não pode perder a legibilidade. Deve ser repetível (iterável): a iterabilidade é, para ele, a marca da própria escrita; independe, pois, da existência concreta do destinatário. Ele designa essa característica como "ruptura da presença".

Do ponto de vista do produtor a mesma coisa é válida. "Escrever é produzir uma marca que constituirá uma espécie de máquina, produtora, por sua vez, que meu futuro desaparecimento não impedirá em princípio de funcionar e de dar, dar-se a ler e a reescrever" (1991, p. 20).

Esse desaparecimento implica, para o filósofo, a não-presença do querer-dizer, da intenção de significação. O escrito continua a ser legível, embora o autor não responda mais pelo que escreveu, pelo que tenha assinado (mas outros, em nome dele, podem fazê-lo). Em suma, a estrutura iterativa da escrita é cortada da responsabilidade da consciência como autoridade de última instância (lembramos que Derrida refuta uma *arché*). Aliás, isto aconteceria desde o seu nascimento (Roland Barthes também decretou essa orfandade).

É bom salientar, nesse ponto, que o conceito de escrita com que Derrida lida não é o tradicional: ele já foi desconstruído na sua oposição clássica fala/escrita, e assim serve para toda ordem de signos e para todas as línguas, e mais: para todo o campo de experiência do ser que se possa marcar como "presença".

Isto implica também um deslocamento do conceito de contexto: o material escrito comporta uma força de ruptura com seu contexto imediato, as presenças de seu momento de inscrição, ou seja, a presença do escritor, o meio e o horizonte social, a intenção, o querer-dizer. O escrito é, inevitavelmente, algo à deriva. Nem mesmo o contexto semiótico do texto fugiria a isto: um sintagma poderia ser tomado fora do encadeamento em que apareceu, sem perder a possibilidade de funcionamento (a polissemia seria muito grande). Por exemplo: qualquer expressão pode ser citada, posta entre aspas; pode, então, romper com o contexto e engendrar novos contextos, sem haver saturação.

Esse espaçamento do escrito não é, para Derrida, uma negatividade, mas o "surgimento da marca". A possibilidade estrutural de ser

cutada do referente e do significado atual é o que faz da marca (mesmo oral) um grafema em geral, ou o que ele chamou resto (v. primeira citação de Derrida, acima). Observo que nada impediria, no caso, de optar por fonema, visto que não se trata de marcar oposição; mas Derrida está brigando justamente por causa do fonocentrismo...

A ausência do referente, de um lado, é o que constrói a marca; mas sua eventual presença não mudaria a estrutura da marca; por outro, é a ausência do significado como presença original. A estrutura da marca seria formada por cadeias de marcas diferenciais: isto, entretanto, não leva ao conceito de valor em Saussure? Por que ele acha que Saussure iria a montante até a presença absoluta, o sopro divino encarnado no Verbo?

Há ainda muito a comentar sobre a intenção, mas passemos ao subtema da assinatura.

Derrida discute a respeito das relações fonte/presença/assinatura. A fonte, na sua qualidade de autor, seria uma espécie de "assinatura oral" segundo a perspectiva de Austin, que Derrida está comentando. A assinatura escrita, por sua vez, corresponderia à não-presença atual ou empírica do signatário. Além disto, diz ele, "marca também e retém seu ter-sido presente num agora passado, que permanecerá um agora futuro, logo, um agora em geral, na forma transcendental da permanência. Essa permanência geral está de algum modo inscrita, presa na pontualidade presente, sempre evidente e sempre singular, da forma da assinatura" (1991, p. 35).

Só que isto representaria, para ele, "a reproduzibilidade pura de um evento puro", coisa que ele questiona. A condição de possibilidade dos efeitos correntes de assinatura é ao mesmo tempo a condição da impossibilidade de que haja uma "pureza rigorosa". Para funcionar, uma assinatura deverá ser iterável, como todo o resto; em outras palavras: cortar-se da intenção presente de sua produção. A sua mesmidade constitui o seu selo.

Esse texto de Derrida suscitou uma resposta de John Searle, filósofo da linguagem como Austin, a cuja obra Derrida faz referência naquele texto (este replicou também, num trabalho intitulado Limited Inc.). Um dos pontos que Searle debateu foi a intencionalidade em sua relação com o sentido. É este que vou pôr em relevo aqui.

Searle discorda de que no texto escrito haja ruptura das intenções que o autor possa ter manifestado no contexto de sua produção. Ele vai insistir em que a ausência e a distância que se criam entre produtor e leitor não retiram o caráter inicial de intencionalidade — o enunciado continuaria significativo.

Eu não diria que compreender o enunciado é o mesmo que reconhecer as intenções ilocutórias do autor, como quer Searle, mas, mesmo que não in totum, em nossas leituras cotidianas tendemos a buscar o querer-dizer do autor, através do que ele inscreveu. Entender isto como "desvendar" não é o caso.

Passemos aos aspectos correlatos da réplica de Derrida.

Considero esse texto um exemplar excepcional de conotação autonímica (no sentido de Authier-Revuz em Heterogeneidade(s) enunciativa(s)), e observei que Derrida também o reconhece assim, explicando-o a seu editor no posfácio.

Limited Inc.... é de uma leitura desagradável, porque o texto está escrito ao menos em dois níveis ao mesmo tempo. Porque responde pelo menos a dois imperativos. De um lado, tenta-se submeter às normas mais exigentes de uma discussão filosófica. Tend[er]o, com efeito, responder ponto por ponto, de modo tão honesto e racional quanto possível, aos argumentos de Searle, de quem o texto é citado quase integralmente. De outro lado, fazendo isso, multiplico enunciados ou gestos discursivos, formas de escrita cuja estrutura vem apoiar minha demonstração de certo modo de forma prática, isto é, dando exemplos de speech acts que, por si mesmos, tornam impraticáveis e teoricamente insuficientes as oposições conceituais às quais se fia em geral a teoria dos speech acts, (...). Essa dupla escrita parece-me coerente com as proposições que eu gostaria simultaneamente de demonstrar no plano teórico e exemplificar na prática de speech acts (1991, p. 153).

Resumindo, Derrida tenta mostrar alguma coisa fazendo uso de (uso e menção). Aliás, ele maneja isso muito bem no texto. E provoca Searle a interpretar esse texto com suas próprias categorias.

Há outra coisa que me chama a atenção nessa réplica. Muito frequentemente, Derrida reprova a Searle a má leitura feita de seus enunciados, como se eles fossem suficientemente claros e compreensíveis (ele mesmo afirmara que se podia achar o texto difícil, e no mínimo desagradável); mas, por outro lado, também salienta aquilo que Searle compreendeu:

A maior parte dos autores de Reply, se leram Sec ao seu modo, não me conhecem nem pessoalmente, nem visivelmente, através de nenhum dos textos que formaram o contexto de Sec e dão-lhe um pouco de sentido. (p. 56)

Tenho a impressão, escutando com um certo ouvido essa percussão [sic] em mis-major, que, apesar das aparências contrárias, (...) Sarl compreendeu muito bem, na falta de outra coisa, o efeito Sec. (...) (...) Sarl compreendeu bem. Ele não misunderstood o essencial. (p. 60-61)

Imediatamente, Derrida percebe que sua linguagem não corresponde: "Ou, antes, se 'compreendeu' é ainda uma noção dominada pelo regime pretensamente constativo da teoria ou da filosofia, digamos que, se ele não compreendeu, foi tocado".

Era a este pequeno desvio teórico que me referia acima.

Tentarei mostrar em breve que, ignorando tal ou tal momento do texto que pretende discutir, Sarl deixa-se levar pela facilidade e frequentemente pela confusão, atingindo então só sua própria representação autista, a face doméstica de sua referência (p. 66).

Depois de ter proposto um resumo comodamente domesticado das primeiras páginas de Sec, Sarl prepara-se, sob o título Writing, permanence, and iterability, (...) (p. 67).

Evocando duas hipóteses (...), ele faz de sua rejeição sucessiva uma objeção a Sec, mais precisamente àquilo que acreditou ler aí [destaque meu]. Para apreciar a estranheza desse procedimento, é bastante rereer. (...) É estranho que, depois de ter lembrado que Sec analisava caracteres comuns da escrita e da fala, pretenda-se objetar que, do ponto de vista da iterabilidade, não há diferença: é a tese de Sec, se existe alguma! (p. 67).

Minha conclusão é: o autor tem o direito de dizer que o leitor leu mal...

Nunca foi dito, em Sec, que essa ausência [do destinatário] era necessária, mas somente que ela é possível (Sarl está de acordo com isso) e que é preciso, pois, levar em conta esta possibilidade: ela pertence, como possibilidade, à estrutura de toda marca, precisamente à estrutura de sua iterabilidade. (...) Releia-se Sec. Encontrar-se-ão, aí, cem vezes as palavras "possível", "possibilidade"; nem uma só vez, neste lugar, a palavra "necessário" (p. 69).

Derrida, nessa passagem, impacienta-se por Searle confundir possibilidade e necessidade — ele, um analista de speech acts! Mas disso tiro nova lição: possível e necessário são duas palavras que já têm uma significação institucional. Com efeito, os lances de Derrida em muitos trechos da obra vão no sentido de não entender como Searle pôde não compreender o que ele escrevera, sobretudo considerando as suas constantes repetições para garantir a "inteligibilidade mínima de Sec."!...

Permito-me, então, concluir que Searle não atingiu esse nível. E pergunto-me: quem faz o texto tornar-se inteligível? não é o sujeito-autor? Sec seria um texto incomunicável? Quanto à leitura de Searle: em Sec, depois de deslocado o conceito de escrita, Derrida diz (com todas

as letras) que, no campo da escrita, “os efeitos de comunicação semântica poderão ser determinados como efeitos particulares, secundários, inscritos, suplementares” (1991, p. 13). E mais adiante, vemos que noção de sentido deve ser desconstruída.

O sentido, o conteúdo da mensagem semântica seria transmitido, comunicado, por meios diferentes, mediações tecnicamente mais poderosas, a uma distância muito maior, mas num meio essencialmente contínuo e igual a si mesmo, num elemento homogêneo através do qual a unidade, a integridade do sentido não seria essencialmente afetada. Toda afecção aqui seria acidental (p. 14).

Não estaria Derrida exigindo de Searle que esqueça a diferença, o espaçamento, a distância que ele mesmo propõe para mostrar que o sentido sempre pode ser outro? Sec teria uma integridade que não pode ser deslocada? Qual a importância do querer-dizer de Derrida? Ele está enredado na trama que pretende desamarrear?

Em todo caso, veja-se também esta passagem:

Prossigamos nossa leitura da Reply. Sarl continua então a agir como se Sec buscasse opor “written and spoken language”. Insiste tanto nesse ponto, que me pergunto até se ele não acreditou verdadeiramente e com toda a boa fé que Sec buscava opor “written and spoken language”, quando a menor leitura pode assegurar o contrário (p. 73).

Então Searle não sabe ler? Então só há essa leitura em Sec? Logo abaixo, Derrida acusa Searle de atribuir gratuitamente (e de modo fantasioso) a Sec a intenção de opor língua falada e língua escrita. Em suma, Searle não é um leitor muito atento, não chegou ao “mais importante” de Sec. E, finalmente, “Sec não é o que Sarl pode ou quer ler nele...” (p. 76) e nem compreendeu as estratégias do documento.

Minha insistente seleção de citações não se fez simplesmente para questionar o desconstrutivismo como um todo. Por muito que pareça pretensioso, foi para seguir a orientação de Derrida: problematizar. Tudo o que selecionei acima diz respeito, de perto ou de mais longe, à questão da autoria. Passo a focalizar outro ponto polêmico: a intencionalidade, no contexto dessa obra.

Na leitura de Searle, em Sec a intencionalidade é recusada à escrita, tanto que ele insiste em que a ausência do autor e mesmo a sua morte não faz desaparecer a intencionalidade da comunicação escrita. Ao que Derrida retruca:

...em nenhum momento Sec alegou a ausência, a mera ausência da intencionalidade. Nem a ruptura, a ruptura simples ou radical com a intencionalidade. O que é posto em questão não é a intenção ou a intencionalidade, mas seu telos, o que orienta e organiza seu movimento, a possibilidade de seu cumprimento, de seu preenchimento, de sua plenitude atual e presente, presente a si, idêntica a si (p. 81).

Nesse ponto considero perfeita a argumentação, que é até mais do que eu gostaria de “ouvir”. Entretanto, não me parece que Derrida tenha dado uma demonstração cabal disso a discutir a Reply de Searle. A não ser que, enquanto o autor estiver próximo, ele possa dar-se o direito de exigir de seus leitores (quando os leitores manifestarem suas leituras) que não transgridam as intenções do texto. Ora, como Derrida diz quase sempre que Sec é que diz, desqualifica-se novamente essa pretensão. Não são suas intenções, mas as do texto. Parece-me excessivamente metafísico afirmar que Sec não é o que Sarl pode ou quer ler nele...

O fato é que Derrida repete que

...a intenção ou a atenção dirigida para um iterável e determinado por ele como iterável, tende inutilmente em direção à plenitude atual [Searle, na sua prática de leitura, deu a Derrida uma comprovação (infeliz, parece) disso que este defende]; não pode, por estrutura, atingir isso: não pode ser plena, atual; totalmente presente a seu objeto e a si mesma, em caso nenhum. Está previamente dividida e deportada, por sua iterabilidade, em direção ao outro, previamente afastada de si mesma. Esse afastamento é sua própria possibilidade. Outro modo de dizer é que se esse afastamento é sua possibilidade, ele não busca, ele não lhe advém como um acidente aqui ou ali. A intenção é a priori (secamente) diferente (p. 81-82).

Esse afastamento pressupõe (como anotado antes), além da ausência do referente, a ausência de um significado determinado ou da intenção de significação presente, atual (Derrida salienta estes atributos). É com isso que, na prática, acredito que Derrida não soube lidar, haja vista sua constante crítica à leitura de Searle que, nesse ponto, não saberíamos mais garantir que sabe ler... Apesar de tudo, concordo com esse encaminhamento.

Nas “viagens” do texto, no seu afastamento (diferença) afasta-se, pelo mesmo motivo, o nome próprio. Assim é que, na leitura que faz de Searle, Derrida substitui o “selo” desse filósofo pelo de Sarl, e é nesse nome que indaga a Reply. Em última análise, recusa-se a plenitude do sentido intencional (querer-dizer) e os valores de consciência, presença e intuição originária. Derrida, em Sec, não apaga a intencionalidade absolutamente, e isso é repetidamente salientado na medida em que Searle teria interpretado contrariamente. Assim é que, positivamente e prospectivamente, abre-se o texto (assim como se abre uma planta na sua deiscência) para a reprodução e para o desenvolvimento. Isto representa, ao mesmo tempo, um limite e uma possibilidade (termos que são chaves nessa discussão). Em outras palavras: “a grafia da iterabilidade inscreve de modo irredutível a alteração na repetição (ou na identificação)” (p. 89). O Mesmo é um Outro. De certa forma, cruzamos com as lições de Lacan sobre a subjetividade.

Chegando-se neste ponto, em que a incompreensão (ou a percepção sempre diferida) parece já traçar a sua irascível permanência e a impossibilidade da comunicação tal como muitas vezes é idealizada (por exemplo, no projeto de Habermas, s.m.j.), Derrida avança ainda tentando, talvez, dar uma resposta ao equívoco de compreensão entre os dois, ele e Searle (mas não só entre eles).

Para ele, também ocorre um afastamento (écart) entre “o fazer um mínimo-de-sentido (conformidade ao código, à gramática, etc.) e a compreensão adequada da intenção de significação” (p. 92). Mas o próprio consenso em relação ao código e à gramática não está absolutamente assegurado: assim é que código/gramática é, paradoxalmente (mais uma vez), possibilidade e impossibilidade de escrita; o atributo de iterabilidade rompe os contextos de tal forma que não se encontra um “centro absoluto de ancoragem”.

Concluo que o óbvio só o é para seu autor — e assim mesmo se ele for seu primeiro leitor sem muita distância do que produziu; num segundo momento ele já será um estudioso de si. É dessa forma que, morto fisicamente o autor, nada resta senão as possibilidades infindáveis de leitura; morto o autor pelo distanciamento que imediatamente toma de sua produção, e pela possibilidade da marca que se dissemina (iterando e alterando), ele pode apenas ser o sujeito que se queixa das interpretações alheias, apesar de ter deixado marcas “óbvias” das suas intenções — tal como Derrida, que se dá esse direito. A lição que daí se tira é que, tendo razão de sobra para defender sua tese, Derrida ainda é o autor inconformado pelos deslizamentos de todo tipo que infligem a seus textos os leitores, como se a iteração determinasse, em cada ocorrência, a transparência perseguida (e nunca encontrada). Nem o que está dito e explicitado assegura a coincidência entre intenção e compreensão. Em passagem anterior, relatei queixas semelhantes de Foucault. Gostaria de ver nessa resistência um aspecto do princípio de autoria, apesar de, no presente caso, termos o autor que teoriza em uma direção e ao mesmo tempo replica em outra.

Parece-me “óbvio” que a multiplicidade de leitura é permitida por tudo o que foi defendido por Derrida, mas haveria uma extensão: nem sempre lemos o que se disse com todas as letras em nossa presente instância de leitura; talvez a intertextualidade (em qualquer sentido que se a tome) seja o pivô da compreensão e ao mesmo tempo do conflito da interpretação; a seleção efetuada na leitura leva a explorar este ou aquele campo intertextual, e nessa rede cremos nos encontrar ou nos perder, em reações que podem ir do “compreendi tudo” ao “não compreendi nada” — o que não significa, é claro, que o autor, na possibilidade da presença física, concordasse com essas declarações...

Na AD, a função-autor aparece como uma função enunciativa do sujeito, ao lado daquelas de locutor e de enunciador (as três resumem o processo enunciativo polifônico, e naturalmente não coincidem). O autor está, por assim dizer, no limiar do seu texto, como que lhe compoendo a aparência corporal; ele é, digamos, o embaixador de seu próprio texto, e só pode aparecer nele na medida em que se apresenta como um outro: o eu do texto autobiográfico, quando ele se apresenta assim, sob a primeira pessoa, é um objeto de que o locutor fala — o locutor-enquanto-pessoa-no-mundo (do discurso) na teoria de Ducrot. Além disso, o autor teria um espaço de conflito (onde exerce essa função) localizado entre o Outro (interdiscurso), situado a montante discursivamente, e o outro (interlocutor), localizado a jusante. Pode-se bem falar em fluxo discursivo, e por isto mesmo falar em história; o autor faz história.

Embora duplamente determinado (eu diria condicionado), o sujeito autor consegue obter um efeito, para seu texto (ou sua obra), de fechamento e completude — embora, novamente, ignore quais sejam os efeitos potenciais. Mas isso não é absoluto, porque o autor mesmo pode declará-lo inacabado, e me agrada dizer que aqui se dá um conflito produtivo, revelando o trabalho de um sujeito que, embora dividido (como se deseja), aparece como um indivíduo que cria, e cuja assinatura poderia ser vista como a duplicação (ou redundância) de seu estilo.

Ademais, se o sujeito pode aparecer-nos dividido ou inteiro, podemos nós afirmar que na verdade o sujeito é dividido e sua integridade é pura ilusão? Será que é uma questão cronológica, ou seja, antes pensávamos que ele era inteiro, agora nós sabemos que não é? Trata-se, novamente, de uma perspectiva, e se desejarmos desconstruir/problematizar, nossa função é o deslocamento de um lado para outro na observação de um objeto, olhando-o de vários ângulos... Ocorre-me a máxima De noite todos os gatos são pardos e sua manipulação, encontrada em pára-choque de caminhão: De noite todas as pardas são gatas. Quem são os autores de uma e de outra? Digamos que não se possa falar em autoria; ainda assim, há um locutor e um enunciador. Mas se não há o princípio do autor como se justificaria a presença de significação (que alguém trabalhou a partir da língua, das possibilidades de arquivar) e de potenciais sentidos, trabalho dialético entre o texto que aí se apresenta (que alguém manipulou) e as possibilidades de leitura dos variados leitores? Posso dizer que há leitores se recuso os autores? Mesmo que o autor seja virtual, ele está lá, na ponta daquilo que chamamos produção. Produção não é ação?

No nível de discussão teórico-metodológica da AD, parece que não se pode pensar em algo como não-autoria, tal como se admite no processo de formação da autoria conforme Foucault. Admito que se fale em autor-primeiro e autor(es) segundo(s), a distinção que o próprio Foucault faz: uns são criadores efetivos, outros são comentadores, podendo-se incluir aqui aqueles que resumem, que simplificam — como nos textos de divulgação científica, por exemplo. Assim, permito-me pensar que há patamares de autoria, assim como se pode dizer que alguma coisa tem mais qualidade ou menos qualidade, num contínuo em que nada é demarcado senão a título de operacionalização. Seria como estabelecer um fixo para entender, a partir daí, o movimento.

Não importa muito aqui a história da formação da autoria, mas a natureza e condições de funcionamento desse sujeito que sempre existe por trás (ou ao lado) de cada texto produzido. A humanização do sujeito (ou sua recuperação, se quisermos) deveria passar pelo reconhecimento de uma certa atitude diante de qualquer possibilidade de escritura (fiquemos com o texto escrito). Esse sujeito histórico precisa de uma identidade para sobreviver, para não ser apenas um fantasma num mundo de fantasmas sociais que ninguém sabe de onde vieram.

É claro que não se trata aqui de uma identidade puramente individual — longe disso. Tenta-se, ao contrário, dialetizar duas orientações que estão merecendo nossa atenção: de um lado, algo que pareceria o subjetivismo idealista segundo a caracterização de Bakhtin, e de outro o objetivismo abstrato. A AD não poderia parecer mais estruturalista do que gostaríamos? A diferença aqui pertinente é que o estruturalismo descartou o sujeito, e a AD, pelo apelo à ideologia — que tem um lado extremamente produtivo, certamente — o subjugou de tal forma que não admite nele parcelas mais substanciais de consciência. De qualquer forma, ainda não sabemos como tratar teoricamente essa consciência. Mas será lícito negá-la, só porque não o sabemos? A neurobiologia e a filosofia da mente já têm algumas respostas, as quais prometem constituir um campo positivo de exploração para as ciências humanas.

Bakhtin ensinou a lição da dialética, e sintetizou esses dois movimentos criando algo diferente (re-significou?): a enunciação é de caráter social, a linguagem é ponte entre os sujeitos, que só se identificam nessa relação (ser-de-linguagem, parlêtre na terminologia lacaniana). Mas aí está: ter uma identidade é singularizar-se na multidão, na multiplicidade, mesmo que esse singular seja um coletivo: uma associação, um coral, uma turma, um grupo folclórico, uma escola, um clube. Ele não apagou Dostoiévsky, nem Rabelais, nem ninguém como criadores — com nome próprio, junto à posição ocupada em certo momento numa certa curva da história do mundo.

Seria só o prestígio o que faz reconhecer o autor? Quando se fala das idéias de Derrida, e não de algumas idéias sobre este ou aquele assunto, isso se daria porque ele é, talvez, subversivo? Não se fala apenas das idéias de alguém, mas enuncia-se seu nome: a autoria, o seu direito àquelas idéias — que ele mesmo não recusaria terem vindo de outro lugar. Mesmo assim. Então, posso pensar que a autoria típica está sempre relacionada a alguma subversão efetuada no coração de outras idéias, tal como o fizeram Foucault, Descartes, Kant, Galileu, Nietzsche, Freud, Lacan,... Além da subversão haveria o comentário, como reflete Foucault. O que não impede que a retomada represente sempre a abertura de uma falha para uma outra coisa, eventualmente para uma nova subversão... Seria ainda a ilusão que faz Derrida insistir no que ele disse e repetiu várias vezes, irritando-se aqui e ali com o seu leitor Searle, acusado de não ter prestado atenção a coisas tão óbvias, cada vez mais claras na medida de sua iteração (não esqueçamos que iteração é possibilidade e impossibilidade de acordo, de levar adiante a intenção de)?

Outra coisa me parece importante: se a impressão de obras sempre acaba estabelecendo uma relação conflituosa entre autor e editor, um dependendo do outro mas sempre o autor devendo ceder mais, suponho que os textos que circulam muito apesar de não estarem editados (ou então têm edição bancada pelo próprio autor) podem ser, de alguma forma, representantes de uma certa resistência a controles externos, como a própria opção de não editá-los. Ora, essa resistência não é já uma opção? É claro que se corre o risco da não leitura, mas o contrário é também verdadeiro. Se os leitores podem modelar um escritor (o caso genérico dos best-sellers?), quero acreditar que o escritor tem maior poder para modelar seus leitores (o que Eco chamou de leitor ideal — a imagem que o próprio autor cria para dar corpo ao seu leitor).

Creio que, em pelo menos alguns casos, submeter-se à copidescagem (mesmo que o próprio autor a faça) pode significar perder traços da identidade. Petrarca, por exemplo, conforme nos conta Chartier (op.cit., p. 55), para evitar a corrupção de sua obra tendo em vista a "radical divisão do trabalho entre o autor e o copista", copiou pessoalmente várias de suas obras, o que devia garantir, ao que parece, a manifestação das "intenções que presidiram a composição da obra". Pode-se imaginar a preocupação do autor prevenindo uma infinidade de sujeitos entre ele e o seu leitor: como chegaria ele a este leitor? Transfigurado. E assim podemos também imaginar como nos chegaram os evangelhos e todos os textos antigos copiados e traduzidos, traduzidos e copiados. Quantos "autores", quantas vozes, em última análise! Este certamente é um caso limite, porque todas as mãos se apresentariam como inspiradas diretamente pelo Outro Absoluto.

Quando não se trata de literatura em sentido estrito, como fica a nossa vontade de encerrar mais de perto as cenas da História! É certo que os quadros sempre apresentam falhas, não temos tantas pessoas assim contando as "mesmas coisas", para poder enxergar várias que se poderia, num gesto último de interpretação (último apenas no sentido de que sou "eu" que interpreto neste momento), ajustar como se faz com o foco de uma máquina para obter uma imagem melhor, pelo menos coerente com outros saberes próximos, incluindo o contexto mediato daquelas cenas que nos são apresentadas.

Penso em algo análogo à explicação de Peirce, em sua teoria semiótica, sobre a impossibilidade de atingir o objeto dinâmico da semiose e, ao mesmo tempo, o esforço perene de, através de interpretantes (uma outra representação signíca) e objetos imediatos, caminhar em direção a essa realidade dinâmica. A percepção será sempre mediada, mas ela terá nuances, como ele nos ensina com os três níveis de experiência da realidade: primeiridade, secundidade, terceiridade.

Santaella nos alerta, já na introdução ao seu A teoria geral dos signos (1995):

As postulações correntes de des-realidade, des-referencialização do mundo, morte da identidade do sujeito e que tais estão ainda, a meu ver, carregadas de todos os equívocos de uma herança cartesiana mal resolvida, como se tivesse havido algum momento privilegiado, adâmico, em que os signos não eram necessários para um sujeito auto-idêntico ter acesso a um "real" em estado de pureza, ainda não-contaminado pelas linguagens (p. 11-12).

Em última análise, a linguagem é o simbolismo paradoxal, que abre a visão e a mente, refinando-a em seu processo de percepção, e concomitantemente constitui o fechamento para o mundo real. Esse muro da linguagem, nos termos de Lacan, é barreira que faz surgir de visões

o outro (para o ego) e que viesse, por sua vez, o próprio sujeito humano em sua “primeiridade” de inocência e solidão, esse ser inominado, só nomeável quando se confronta com o outro no espelho. O nome próprio o que é, senão marca de um reconhecimento? e a assinatura, o que é, senão marca de autoridade e compromisso?

Mas isto pode parecer óbvio e Derrida, novamente, procura desconstruir a trama do óbvio. Uma assinatura estaria, segundo Austin — no comentário de Derrida —, fazendo na escrita o papel correspondente à presença do autor-fonte da enunciação nos enunciados falados. Considere-se, pois, a “assinatura” oral e a assinatura escrita.

Ora, uma assinatura escrita aparece para marcar a fonte na ausência dessa fonte, produzindo todos os seus efeitos. Desse modo, salienta Derrida, “marca também e retém seu ter-sido presente num agora passado, que permanecerá um agora futuro, logo, um agora em geral, na forma transcendental da permanência” (1991, p. 35).

Mas a assinatura sofre os mesmos efeitos de qualquer texto na sua vinculação a um autor: a condição de possibilidade dos efeitos de assinatura são ainda, para ele, a condição da impossibilidade de uma “pureza rigorosa”. Por quê? Porque também ela é iterável, necessariamente, sem o que não funcionaria. Como tal, também se destaca “da intenção presente e singular de sua produção”. Ela pode não ser uma necessidade absoluta, mas funciona. E por isto mesmo, porque ela funciona, posso até mesmo resistir a assinar! Uma assinatura pode dissimular mesmo uma autoria, e então somos levados a ver aí, no autor que não assina, um conflito e uma opção. A opção percorre desde a formulação textual até a assinatura que dá o tom da responsabilidade ao sujeito-de-direito.

Não creio que estejamos caminhando para uma disseminação e dissimulação tão fatais que o sujeito-autor se renda simplesmente às vozes que permeiam a sua identidade, fazendo dele um suporte e integrador e ponto final. E mesmo que a sua humildade seja óbvia na recusa do valor que eventualmente lhe atribuíam, ele sabe ainda quanto lhe custou fazer as opções que fez! E mesmo que, como seu leitor, hoje ou muito mais tarde, ele se ressinta de um estranhamento quanto àquela figura “pintada” no seu documento e quanto àquelas intenções e opções (porque ele vive a diferença), ainda assim a referência se dará “ao eu que eu era” — sabendo-se, embora, que este eu era outro, uma terceira pessoa sob a primeira. Ou estarei enganada?

As perguntas feitas aqui e ali no desenvolvimento deste trabalho não tinham necessariamente de ser respondidas. Problematizar é menos responder que resistir e questionar, discutir, e sugerir que a direção sempre pode ser outra... Nenhum caminho bastante largo está sendo apontado para que se ultrapasse seguramente qualquer idéia presente. Talvez isto tenha sido apenas um treinamento da crítica, o que se faz quando certos conceitos tendem a nos dominar de tal forma que, defendendo-os, temos a impressão de estar abrindo mão de nossa capacidade de pensar. Neste caso, porém, isso se dá ainda sob o domínio dessa paixão: densonstrua, problematize, nada é óbvio...

Paguemos o preço.

BIBLIOGRAFIA

1. AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Dialogisme et vulgarisation scientifique. Langue Française, Paris, n. 53, sept. 1982.
2. CHARTIER, Roger. A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1994.
3. CORACINI, Maria José. Desconstruindo o discurso de divulgação: as questões do significado e da autoria. In: ARROJO, Rosemary (org.). O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas: Pontes, 1992. p. 81-86.
4. DAMÁSIO, António. O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
5. DELEUZE, Gilles. Quatro proposições sobre a psicanálise. Trad. Luiz Antonio Fuganti. In: Saúde e loucura 2. 2. ed. São Paulo: Hucitec, s.d. p. 83-91.
6. DERRIDA, Jacques. Limited inc. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991.
7. ECO, Umberto. Semiótica e filosofia da linguagem. Trad. Mariarosaria Fabris e José Luiz Fiorin, rev. Izidoro Blikstein. São Paulo: Atica, 1991.
8. ERIBON, Didier. Michel Foucault e seus contemporâneos. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
9. FONSECA, Márcio Alves. Michel Foucault e a constituição do sujeito. São Paulo: EDUC, 1995.
10. FOUCAMBERT, Jean. A escola ou a vida entre parênteses. In: _____. A leitura em questão. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 97-105.
11. FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
12. _____. O que é um autor? 3. ed. Trad. Antônio Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. S.l.: Ed. Passagem/Vega, 1997.
13. GALILEU GALILEI. O ensaiador. Trad. Helda Barraco. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 1-140.
14. GUATTARI, Félix. Linguagem, consciência e sociedade. Trad. Angela Maria Tijiwa. Saúde e loucura 2. 2. ed. São Paulo: Hucitec, s.d. p. 3-17.
15. ORLANDI, Eni P. Autoria e interpretação. In: _____. Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 63-78.
16. _____. A incompletude do sujeito — e quando o outro somos nós? In: ORLANDI, Eni P. et alii. Sujeito e texto. São Paulo: EDUC, 1988. Série Cadernos PUC - 31. p. 9-16.
17. PERPÉtua, Elzira Divina. A escrita autobiográfica. In ALMEIDA, Maria Inês de (org.). Para que serve a escrita? São Paulo: EDUC, 1997. p. 169-173.
18. POSSENTI, Sirio. Um cérebro para a linguagem. Boletim ABRALIN, São Paulo, n. 13, p. 75-84, dez. 1992.
19. REDONDI, Pietro. Galileu herético. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
20. SAGAN, Carl. O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro. 4. reimpr.. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
21. SANTAELLA, Lucia. A teoria geral dos signos: semiose e autogeração. São Paulo: Editora Ática, 1995.
22. SANTIAGO, Silvano (sup.). Glossário de Derrida. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

